



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Instituto de Ciências Humanas e Sociais**

**Ata da 66ª Reunião Ordinária do  
Consuni do ICHS, dia 07/03/2018.**

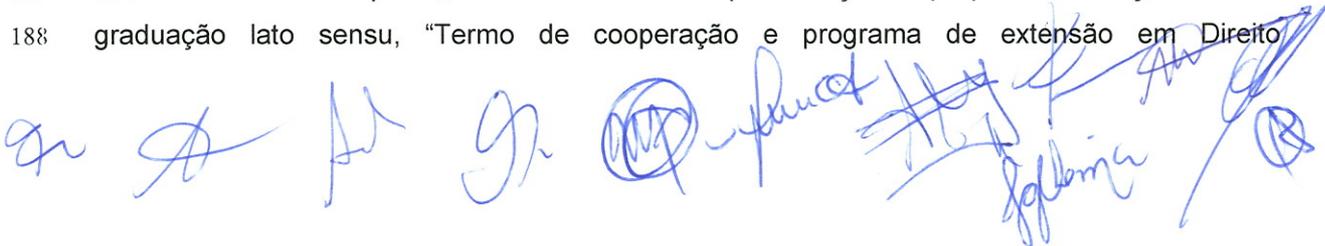
1 Às quatorze horas e cinco minutos do dia sete de março de dois mil e dezoito, na Sala de  
2 Reuniões do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, reuniu-se o Conselho da Unidade, sob a  
3 presidência da diretora, professora MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA ROXO, e com a presença  
4 dos Senhores Conselheiros: ADRIANA BARRETO DE SOUZA, ALICE BITTENCOURT  
5 HADDAD, BEATRIZ WEY, FÁBIO PEREIRA CERDERA, FELIPE SANTOS MAGALHÃES,  
6 KARINA YOSHIE MARTINS KATO, LUCIANE DA COSTA MOAS, LUIZ FELIPE BRANDÃO  
7 OSÓRIO, MARCELO DUNCAN ALENCAR GUIMARÃES, MARKOS KLEMZ GUERRERO,  
8 RÍVIA SILVEIRA FONSECA, SANDRA SUELI GARCIA DE SOUSA, SUZANI ANDRADE  
9 FERRARO, WAGNER ALEXANDRE DOS S. COSTA. Verificada a presença de quórum mínimo  
10 legal, a Senhora Presidente iniciou a reunião fornecendo alguns informes da última reunião do  
11 Conselho Universitário. Ainda, agradeceu aos professores que se propuseram a proferir as  
12 palestras na “Semana de Integração do ICHS”. Forneceu informe sobre os gastos do instituto  
13 através do cartão corporativo no ICHS e pediu para que a chefe do DDAS, professora  
14 KARINA YOSHIE MARTINS KATO, relatasse sobre as obras que estão ocorrendo no prédio da  
15 Presidente Vargas. Dados os informes, passou-se ao primeiro ponto de pauta que constava  
16 “Aprovação da Ata da 65ª Reunião Ordinária do Consuni”, que foi aprovada com quatro  
17 abstenções. O segundo ponto versava sobre os seguintes processos de Progressão Funcional:  
18 Proc. 31.719/17 – docente Admar Almeida da Costa, do DFILOS, de Professor Associado,  
19 Classe D, Nível 1 para Associado, Classe D, Nível 2; e Proc. 30.461/17 – docente Alexandre  
20 Pinto Mendes, do DCJ, de Professor Adjunto, Classe C, Nível 2 para Adjunto, Classe C, Nível  
21 3. Em votação, foram aprovados por unanimidade. O terceiro ponto tratava sobre Promoção  
22 Funcional: Proc. 34.284/17 – docente Luciane da Costa Moas, do DCJ, de Professor Adjunto,  
23 Classe C, Nível 4 para Professor Associado, Classe D, Nível 1. Aprovado por unanimidade. O  
24 próximo ponto de pauta constava a homologação dos seguintes pedidos de afastamento do  
25 país, que devido ao prazo exíguo, foram aprovados *ad referendum* pela senhora presidente.  
26 Proc. 34.454/17 – docente Rívia Silveira Fonseca, do DLC, de 12 a 16/03, para participar do IV  
27 *Sediar – Seminário Internacional de Estudios de discurso y argumentación*, onde apresentará o  
28 trabalho “Estratégias argumentativas no Museu: análise semiótica dos mecanismos  
29 argumentativos em textos de curadoria” em Buenos Aires, Argentina. Aprovado por  
30 unanimidade. Proc. 35.469/17 – docente Pedro Henrique Pedreira Campos, do DHRI, de 22 a  
31 24/03, para participar do *Encuentro Internacional Procesos Represivos, Empresas,*  
32 *Trabajadores/as y sindicatos en America Latina*, onde apresentará o trabalho “Empresariado e

33 ditadura no Brasil: fontes, metodologia, conceito e vinculações com a história do trabalho e dos  
34 trabalhadores” em Buenos Aires, Argentina. Aprovado por unanimidade. Proc. 3.067/18 –  
35 docente Clarice Cristine Ferreira Menezes, do DHRI, de 05 a 16/03, para participação no  
36 evento *Lille Choro Festival (Université de Lille)* e palestra no curso de Relações Internacionais  
37 da Universidade de Paris 3, em Paris, França. O senhor conselheiro MARKOS KLEMZ  
38 GUERRERO questionou sobre a justificativa acadêmica do afastamento para o referido evento.  
39 A senhora conselheira ADRIANA BARRETO DE SOUZA, vice-chefe do DHRI, não soube  
40 responder ao questionamento e justificou ter sido um afastamento aprovado *ad referendum*  
41 pela chefia que, por motivos de ordem pessoal, não pôde estar presente nesta reunião. O  
42 senhor conselheiro LUIS LUIZ FELIPE BRANDÃO OSÓRIO disse julgar ser alguma visita  
43 técnica, dado a área de estudo da referida professora ser em Diplomacia Cultural. Após breve  
44 discussão sobre o assunto, o Conselho deliberou que a interessada justifique a relevância  
45 acadêmica da participação no evento. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Proc.  
46 4.625/18 – docente Débora Franco Lerrer, do DDAS, de 18 a 22/04, para participar do *IV*  
47 *Encuentro Latinoamericano de Estudios Agrarios*, onde apresentará um “paper” em Lima, Peru.  
48 Aprovado por unanimidade. Proc. 4.732/18 – docente Admar Almeida da Costa, do DFILOS, de  
49 9 a 14/04, para apresentar trabalho na *Jornada Internacional de Estudos “Pourquois s’occuper*  
50 *du corps? Une question platonicienne”*, em Lorraine, França. Aprovado por unanimidade. Em  
51 seguida, o próximo ponto tratava sobre os seguintes Projetos de Extensão: Proc. 34.686/17 –  
52 Projeto de extensão “Serviço de Apoio e Assessoramento à Pessoa com Deficiência –  
53 Servidores técnico-administrativos do ICHS e a Inclusão no Ensino Superior”, coordenado  
54 pelas servidoras técnico-administrativas Rosane Celeste Dias Reis e Zenilde Nery da Silva; e  
55 Proc. 32.856/17 – Projeto de extensão “Andanças e Vivências”, coordenado pela docente  
56 Gislane Narciso Pantoja, do DCJ. Em votação, os projetos foram aprovados por unanimidade.  
57 O sexto ponto de pauta versava sobre Concursos: Proc. 35.391/17 - Concurso para professor  
58 efetivo na área de Língua Portuguesa, do DLC. A senhora presidente apresentou ao Conselho  
59 os pontos e o plano de trabalho. Em seguida, informou a composição da banca examinadora:  
60 Gilson Costa Freire – UFRRJ, Tânia Mikaela Garcia Roberto – UFRRJ, Ana Cláudia de Souza  
61 – UFSC, Ricardo Joseh Lima – UERJ e Eliete Figueira Batista da Silveira – UFRJ, como  
62 titulares; Ângela Marina Bravin dos Santos – DLC, Daniela Samira da Cruz Barros – UFRRJ e  
63 Leonor Werneck dos Santos – UFRJ, como suplentes. Em votação, foi aprovado por  
64 unanimidade. Outro ponto referiu-se ao Proc. 4.913/18: Concurso para professor efetivo na  
65 área de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, do DDAS. A senhora  
66 presidente apresentou ao Conselho os pontos e o plano de trabalho. Dando prosseguimento,  
67 informou a composição da banca examinadora. A senhora conselheira ADRIANA BARRETO  
68 DE SOUZA questionou sobre as duas disciplinas obrigatórias da graduação que seria condição  
69 para aprovação do concurso. Lembrou que já havia sido votado um código de disciplina de  
70 Relações Internacionais e que ficou pendente um código do curso de Ciências Sociais. A  
71 senhora conselheira KARINA YOSHIE MARTINS KATO informou que a exigência de serem

72 dois códigos a cada concurso havia sido mudada para apenas um código. Nas várias reuniões  
73 acerca deste assunto, houve o acordo em priorizar as disciplinas do curso de Relações  
74 Internacionais, por haver o entendimento de ser o curso mais fragilizado. A senhora  
75 conselheira ADRIANA BARRETO DE SOUZA reafirmou a exigência de serem dois códigos a  
76 cada concurso. A senhora conselheira KARINA YOSHIE MARTINS KATO disse não estar de  
77 acordo. E que já discutiram sobre isso exaustivamente e concluíram por um código e que,  
78 inclusive, possui as atas para comprovar. A senhora conselheira ADRIANA BARRETO DE  
79 SOUZA disse que as razões para esta exigência já foram muito discutidas: equalizar os  
80 números de docentes por disciplina. Há uma desigualdade muito grande. O DDAS tem um  
81 número de docentes muito superior ao número de disciplinas obrigatórias dadas na graduação.  
82 Na época do início desta discussão, ainda na direção do professor Ricardo de Oliveira, foi feito  
83 um levantamento por ele e exposto a relação docente x disciplina e constataram que havia  
84 professores no DDAS que ficava um ano sem ministrar disciplina obrigatória, às vezes até sem  
85 dar disciplinas na pós-graduação. Ainda, sugeriu à direção que fizesse novamente este  
86 levantamento. A senhora conselheira KARINA YOSHIE MARTINS KATO disse não ter ciência  
87 deste fato e que está no DDAS há um ano e meio. Quando entrou, fez uma tabela, que  
88 disponibilizou, com todo o histórico das disciplinas dadas. O que está acontecendo é que, com  
89 essa exigência, o DDAS fica refém em relação às disciplinas que ninguém quer. As disciplinas  
90 que são criadas pelo DDAS não são dadas. Afirmou que o que vai acontecer é que sempre vão  
91 voltar nesta mesma discussão. O senhor conselheiro FELIPE SANTOS MAGALHÃES  
92 expressou que é notório o desequilíbrio da distribuição de carga horária docente no ICHS.  
93 Afirmou que, no momento, não se sente capaz de votar pela aprovação desse concurso porque  
94 não tem números. Não está à vontade de votar sem saber qual a carga horária dos docentes  
95 do DDAS sendo que sabe que tem vários departamentos no ICHS com problemas de carga  
96 horária docente. Enquanto não estiver muito clara essa carga horária docente de todos os  
97 departamentos, não se sente em condições de votar. A senhora conselheira ADRIANA  
98 BARRETO DE SOUZA falou que já é passado da hora de ter exposto os dados de relação de  
99 professor-disciplina obrigatória novamente. Se o DDAS não tem condições de dar a disciplina,  
100 deve ser feita uma redistribuição interna das vagas. A vaga sairia do DDAS e iria para outro  
101 departamento que esteja precisando. Isso já foi muito discutido lá atrás. A conselheira disse  
102 ainda que percebe esta atitude de forma muito penosa para o DDAS e que, por isso,  
103 começaram este debate para tentarem chegar a um acordo. Acredita que só irão conseguir  
104 resolver isso quando tiverem os dados. Só se consegue vaga docente com disciplina  
105 obrigatória na graduação. Ainda, afirmou que o Consuni é o fórum disponível para verem a  
106 situação de todos os departamentos. A senhora conselheira KARINA YOSHIE MARTINS KATO  
107 disse que devem ser considerados outros pontos também. Não é simplesmente o DDAS se  
108 adaptar sem que também os outros cursos não façam nenhum esforço em acolher o DDAS.  
109 Disse que, na prática, o que perpetua desde que essa discussão começou é o DDAS ter que  
110 assumir um balcão de disciplinas que são escolhidas sem que tenham conhecimento da

111 disciplina e ter que aceitar essa “chantagem” para poder aprovar o concurso. Disse entender a  
112 situação. O DDAS tem uma trajetória que veio sem graduação. O regimento da pós fala  
113 inclusive isso, que é uma pós-graduação que não tem graduação e, portanto, não é obrigada a  
114 dar aula na graduação. Entende que dá para irem aceitando algumas disciplinas e também  
115 irem transformando as disciplinas do DDAS em obrigatórias. Caso contrário, ficarão em uma  
116 armadilha em que toda vez que tiver um concurso público voltarão neste debate. Queixou-se  
117 de que o curso nunca faz o movimento contrário de também se adaptar ao que o DDAS tem ou  
118 a pensar, por exemplo, em conjunto uma disciplina. A conselheira KARINA afirmou que tem de  
119 ser flexível dos dois lados. Ainda, a conselheira frisou o fato da necessidade da área das  
120 disciplinas serem de acordo com a área temática do DDAS, pois considera muito ruim ser  
121 oferecida uma disciplina em que não há um corpo docente que possa atender a ela com  
122 qualidade. O DDAS não se recusa a dar aula na graduação, porém deve ser rompido esse ciclo  
123 de que a cada nova vaga, duas disciplinas são impostas, enquanto as do DDAS não são  
124 incorporadas. A conselheira destacou o fato de haver cuidado para que, com essas medidas,  
125 não se acabe por engessar a Pós. Citou que, pela legislação, hora-aula não é apenas hora em  
126 sala de aula, sendo embutidas as horas de pesquisa, orientação etc. Alertou que deve haver o  
127 cuidado para não transformar a universidade em um grande colégio. Por fim, salientou que  
128 concorda em não haver nenhum tipo de privilégio, mas que também tenhamos o cuidado de  
129 não precarizar a Pós-graduação. O senhor conselheiro MARKOS KLEMZ GUERRERO disse  
130 não concordar com a exposição dos dados de docentes por achar que isto pode vir a  
131 desestimular futuras criações de Pós-graduações, tendo em vista que estas não contabilizam  
132 horas obrigatórias. Afirmou que deve ser tomado o cuidado para que o Consuni não vire um  
133 conselho fiscalizador do próprio trabalho dos colegas. Sobre a discussão em pauta, o  
134 conselheiro concorda que o fato de ser imposta as disciplinas ao DDAS é muito ruim. Acredita  
135 que o ideal seria que, a toda vaga, fossem atribuídas duas disciplinas, mas que isso seja feito  
136 em conjunto entre o DDAS e os cursos interessados. O senhor conselheiro LUIZ FELIPE  
137 BRANDÃO OSÓRIO corroborou com as falas e disse ser o ideal chegarem ao meio termo, de  
138 forma a não prejudicar nenhum dos lados. Relembrou aos conselheiros a situação do curso de  
139 Relações Internacionais. Disse que o curso foi criado em 2010 e que, desde então, vem se  
140 adaptando às condicionalidades e às formas de distribuição acordadas. Tiveram diversas  
141 vagas que foram distribuídas entre os departamentos. O curso em si ficou com um núcleo  
142 muito pequeno – apenas seis professores para dar aula para o curso inteiro. É certo que outros  
143 departamentos dão aula para o curso, porém apenas prestam serviço de ensino, ficando  
144 apenas os seis docentes para pensar o curso enquanto um curso de Graduação. Disse que  
145 isso mostra a falência do modelo multidepartamental, adotado também por outras instituições  
146 que não só a UFRRJ, sendo que os cursos desta natureza faliram. Aqui o curso ainda continua  
147 com essa estrutura. Acha importante a sensibilidade do grupo para a necessidade de um olhar  
148 mais atento para o curso de RI que ainda, sequer, chegou a um nível básico em relação aos  
149 outros cursos do ICHS. Frisou a importância, nestas oportunidades, de se repensar o Instituto

150 na sua coletividade. Por fim, propôs o encaminhamento de firmarem o compromisso de diálogo  
151 entre o curso de Relações Internacionais e o DDAS para que montassem conjuntamente o  
152 perfil dessa vaga. Houve ampla discussão acerca do tema e sobre a distribuição docente em  
153 toda universidade. O senhor conselheiro LUIZ FELIPE BRANDÃO OSÓRIO esclareceu que há  
154 duas discussões em tela: existe um problema um pouco maior, o qual foi proposta uma solução  
155 pela conselheira ADRIANA BARRETO DE SOUZA, e endossada pelos conselheiros, de se  
156 fazer um levantamento de cada curso do ICHS e, dessa linha, poder seguir e levar o debate ao  
157 Consu. E tem um problema pontual que é essa vaga específica do DDAS. Esses dois  
158 problemas possuem uma interface, mas cada qual tem a sua medida e, apesar de concordar  
159 com a senhora conselheira ADRIANA BARRETO DE SOUZA de que esse debate já vem se  
160 arrastando durante muito tempo, entende também que quanto antes resolverem a questão,  
161 menos problemática pode ser tornar, tendo em vista o contexto atual. Entende que essas ideias  
162 já vêm sendo discutidas há bastante tempo e acredita que é preciso solucionar este problema  
163 específico e, ao mesmo tempo, levar a frente essa questão maior que é o debate de cada  
164 curso. E para resolver a questão específica, se o DDAS entender que existe uma convergência  
165 entre o DDAS e o RI, acha que vale a pena encaminhar uma proposta para que haja esse  
166 dialogo dentro de um prazo específico, de forma que volte à pauta no próximo mês já com uma  
167 proposta completa de disciplinas obrigatórias e que conste na banca examinadora do concurso  
168 um docente de Relações Internacionais. A senhora conselheira KARINA YOSHIE MARTINS  
169 KATO concordou com o encaminhamento proposto pelo senhor conselheiro LUIZ FELIPE  
170 BRANDÃO OSÓRIO. Acrescentou que podem planejar as vagas futuras de uma maneira  
171 estratégica, pois acha muito ruim essa discussão no varejo. Acredita que podem planejar  
172 estrategicamente de forma a consolidar as futuras vagas. Sugeriu que começassem a pensar  
173 conjuntamente com RI, pois, da área que se congrega ao DDAS, este é o curso que está mais  
174 fragilizado. Foi feita então a proposta de encaminhamento: o processo ser retirado de pauta e  
175 que sejam acertados dois códigos de disciplinas obrigatórias entre o curso de Relações  
176 Internacionais e o DDAS, constando, inclusive, um docente do curso de RI na banca  
177 examinadora do referido concurso. A senhora presidente disse que deve ficar firmado o  
178 compromisso para que esse assunto não retroceda mais uma vez. Posto em votação, a  
179 proposta foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade à reunião do CONSUNI, o Proc.  
180 34.190/17 – Solicitação de criação da disciplina “Seminários de Desenvolvimento Territorial e  
181 Políticas Públicas”, do DCJ, foi submetido à apreciação, sendo aprovado por unanimidade. O  
182 oitavo item da pauta referiu-se ao Proc. 2.051/17 – Projeto “Reconhecendo a nossa Ruralidade:  
183 Projeto de Institucionalização de visitas técnicas com as turmas de Extensão Rural”,  
184 coordenado pelo docente Marcelo Duncan Alencar Guimaraes, do DCS. Foi dada a palavra ao  
185 senhor conselheiro MARCELO DUNCAN ALENCAR GUIMARÃES que explicou o teor do  
186 projeto e a justificativa de institucionalização da demanda. Em votação, foi aprovado por  
187 unanimidade. O nono ponto, o Proc. 26.712/17 – Apresentação de proposta de criação de Pós-  
188 graduação lato sensu, “Termo de cooperação e programa de extensão em Direito



189 Administrativo”, coordenado pelo docente Emerson Affonso da Costa Moura, do DCJ, foi  
 190 retirado de pauta, a pedido do professor coordenador. Em Assuntos Gerais, a senhora  
 191 presidente relatou o que a Comissão de Espaço e Alocação das salas de aula realizou para o  
 192 semestre de 2018-1. Passou a palavra à senhora conselheira ALICE BITTENCOURT HADDAD  
 193 para fazer a relatoria dos trabalhos até então realizados. A conselheira elencou as principais  
 194 dificuldades encontradas. A primeira dificuldade visualizada foi que ficou determinado em  
 195 reunião do Consuni que apenas a referida Comissão faria as alocações, porém muitos  
 196 departamentos começaram a alocar antes da Comissão e isso atrapalhou muito o trabalho.  
 197 Outra dificuldade foi o sistema de alocação ser ruim. Há um rol grande de salas que não pode  
 198 ser mexido. Sugeriu verificar com a COTIC possibilidades de mudanças. Outra questão  
 199 apontada pela conselheira referiu-se ao fato de haver disciplinas com pouquíssimos alunos no  
 200 PAT. Ressaltou que cada departamento pense em salas alternativas. Por fim, a necessidade  
 201 de ficar implorando a outros institutos o uso da sala torna o trabalho muito desgastante.  
 202 Acredita que deve ser envolvida a PROGRAD nessa discussão. A senhora presidente  
 203 corroborou com a fala da conselheira, ressaltando a importância de cada departamento  
 204 repensar nas questões apontadas. Sobre a PROGRAD, propôs que o Pró-Reitor seja  
 205 convidado para a próxima reunião a fim de serem discutidas tais dificuldades. Após, a senhora  
 206 presidente perguntou ao conselho sobre a possibilidade de incluir assuntos extrapauta. Dado  
 207 ao avançar da hora, a plenária decidiu passar apenas os processos de afastamento e  
 208 progressões funcionais: Proc. 4.551/18 – docente Patrícia Souza de Faria, do DHRI, de 07 a  
 209 20/05, para participar das atividades do *Projeto Pensando Goa*, onde apresentará a  
 210 comunicação “De Goa au Portugal: les deplatements forces et l avie quotidienne des esclaves  
 211 Asiatiques à Lisbonne (XVII siècle)” em Aix-en-Provence, França. Aprovado por unanimidade.  
 212 Proc. 30.564/17 – docente Fábio Ricardo Reis de Macedo, do DARTES, progressão de  
 213 Professor Associado, Classe D, Nível 2 para Professor Associado, Classe D, Nível 3. Aprovado  
 214 por unanimidade. Proc. 30.530/17 – docente Luis Edmundo de Souza Moraes, do DHRI,  
 215 progressão de Professor Associado, Classe D, Nível 3 para Professor Associado, Classe D,  
 216 Nível 4. Aprovado por unanimidade. Proc. 30.564/17 – docente Fabio Koifman, do DHRI,  
 217 promoção de Professor Adjunto, Classe C, Nível 4 para Professor Associado, Classe D, Nível  
 218 1. Aprovado por unanimidade. Não havendo nada a mais a tratar, às dezessete horas a  
 219 senhora presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para  
 220 constar, eu, JÉSSICA ALVES DE OLIVEIRA SILVA, Secretária Administrativa do ICHS, lavrei a  
 221 presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos Senhores  
 222 Conselheiros.

Wagner A. S. Costa  
 Marcelo da Costa Maciel  
 Ad. d. C. Kelle  
 Adriano Bordini  
 Paulo Henrique